



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Cinco pontos de discussão da teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado

Five discussion points of Celso Furtado's theory of Brazilian underdevelopment

Vanessa Follmann Jurgenfeld; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); vanessa.jurgenfeld@gmail.com

RESUMO: O artigo procura discutir cinco pontos essenciais para o entendimento da teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado. Parte-se do entendimento que Furtado criou uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro, apesar de algumas de suas ideias poderem ser aplicadas para o entendimento do subdesenvolvimento dos demais países latino-americanos. A discussão dos pontos envolve mudanças ou complementos na sua interpretação entre antes e depois de 1964, marco importante do seu pensamento sobre o Brasil, quando houve o golpe civil-militar e ele foi exilado.

Palavras-chave: Celso Furtado. Subdesenvolvimento. Brasil

ABSTRACT: The article seeks to discuss five essential points for understanding Celso Furtado's theory of Brazilian underdevelopment. It starts from the understanding that Furtado created a theory of Brazilian underdevelopment, although some of his ideas can be applied to the understanding of Latin American underdevelopment in general. The discussion involves changes or additions in his interpretation between before and after 1964, an important milestone in his thinking about Brazil, when there was a civil-military coup and he was exiled.

Keywords: Celso Furtado. Underdevelopment. Brazil



Introdução

Apesar da importância inegável de “Formação Econômica do Brasil” e de outros livros e textos da década de 1950, Celso Furtado somente sistematizaria pela primeira vez sua teoria do subdesenvolvimento em 1961, com a publicação do livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, que também era composto por artigos escritos ainda na década de 1950¹. A sua teorização ocorreu em meio à alegação de que nenhuma outra teoria havia se debruçado o suficiente para entender os problemas específicos do subdesenvolvimento². Daí o seu esforço de colocar em 1961 a base de sua teoria, ainda que com o passar do tempo ela sofresse ajustes, adições e algumas modificações.

Neste artigo, há como marco – como ele mesmo destacou³ - o ano de 1964, quando houve o golpe civil-militar no Brasil e Furtado foi exilado. Neste período de exílio, sua teorização sofreu algumas mudanças, em especial, porque observava

¹ A importância do livro de 1961 foi apontada por Szmrecsányi (2001). Naquele artigo, havia uma preocupação de Szmrecsányi com o pensamento “propriamente econômico de Furtado”, entre 1950 e 1980. Ele observou que havia três obras que marcavam a trajetória de Furtado nesta época entre dezenas de livros: Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961), Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967) e Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar (1980). Embora possa ser considerado difícil estabelecer uma linha somente econômica no pensamento de Furtado, o artigo é importante, entre outros aspectos, por estabelecer o marco do livro de 1961.

² Em 1961, Furtado deixaria claro que o subdesenvolvimento seria um problema específico e estava convencido da necessidade de um esforço de crítica e reformulação do pensamento econômico convencional. Em “Prefácio a Nova Economia Política”, livro publicado em 1976, ficaria ainda mais evidente o esforço de teorização própria especialmente pela ausência de teorias que o satisfizessem. Sobre sua trajetória, ele comentava no prefácio deste livro: “Um quarto de século tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre os ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência do quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência” (FURTADO, 1976, p. 9).

³ Sobre o próprio reconhecimento de Furtado de que 1964 foi um momento de ruptura do seu pensamento, destaca-se uma entrevista em que esclareceu seu ponto de vista: “[...] meu objetivo era transformar essa industrialização num instrumento de desenvolvimento social, de integração da população, para mudar a sociedade brasileira. Eu acreditava, no começo, que era quase inevitável que, com a ascensão de novas forças sociais brasileiras, haveria uma transformação social. Não havia nenhuma razão para que não se transformasse parte do quadro institucional brasileiro. O que aconteceu foi que, com a ruptura de 64, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. E então transformou-se toda a política brasileira. Toda a política econômica brasileira passa a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Eu me dei conta disso claramente e de que as forças sociais e a sociedade brasileiras também estavam mudando. Aquelas forças que tinham apoiado a esquerda tendiam a desaparecer. A intelligentsia, os economistas, todos estavam mudando. Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro (FURTADO apud MALLORQUÍN, 1995, p. 103).



transformações empreendidas pelo período da Ditadura Civil-Militar que afastavam o Brasil do desenvolvimento econômico nacional.

O Brasil foi o seu principal objeto de análise, por isso sua obra caracteriza-se mais com uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro. O Brasil era entendido por Furtado como um “caso especial”. Tratava-se de um país com grande abundância de terras, com significativa oferta de mão de obra e mercado consumidor. Além disso, seu processo de industrialização possuía características particulares: havia uma industrialização no subdesenvolvimento.

Entendendo o Brasil como caso especial, Furtado realizou uma teorização do subdesenvolvimento que podemos denominar de uma teorização do subdesenvolvimento brasileiro, sendo aplicáveis alguns conceitos e análises para outros países da América Latina. O método histórico e estrutural adotado por ele, inclusive, destacava-se como o mediador básico das diferenças entre esses países, de modo que, apesar da importância de entender a América Latina como uma região com similaridades, Furtado buscava não realizar generalizações⁴.

Este artigo percorrerá cinco pontos essenciais para a discussão da teorização de Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro, buscando estabelecer uma síntese, ainda que parcial, da sua teoria do subdesenvolvimento brasileiro⁵.

1. Entre a formação social e econômica e a construção interrompida

A interpretação de Furtado sobre o subdesenvolvimento brasileiro tem como um importante alicerce o problema da formação nacional. Este tema apareceu desde o início nos seus trabalhos, como em “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, texto de 1952, “A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento” (1954); “Uma Economia Dependente” (1956); “Perspectivas da Economia Brasileira”

⁴ Aspectos importantes, como a inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas, representam uma singularidade em comum da região. Outras semelhanças que possuem são as experiências de industrialização tardia e a dependência dos Estados Unidos, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial. No ponto de vista de Furtado ([1969] 1970), é importante haver uma ideia de conjunto da região, mas ao mesmo tempo é necessário o estudo de cada país em suas particularidades.

⁵ Em artigo anterior, dois outros aspectos importantes foram discutidos – o papel do Estado Nacional e a industrialização brasileira, em uma interpretação antes e depois de 1964. Por já terem sido abordados, esses temas não serão discutidos neste artigo. Ver: autor.



(1958); e, categoricamente, é o objeto de sua obra mais conhecida, o livro “Formação Econômica do Brasil” (1959)⁶. Em todos, ele já procurava de alguma forma mostrar as características específicas do Brasil, adentrando seu passado colonial, explorando a formação histórica e estrutural como determinante da sua realidade social.

Recorre-se aqui ao resgate de alguns aspectos discutidos em “Formação Econômica do Brasil” (FURTADO, [1959] 1984), por este ser o livro mais completo entre os do período pré-1964 e por trazer muitas das contribuições que já estavam contidas nos livros anteriores mencionados.

No problema da formação social e econômica, Furtado partiu dos séculos XVI e XVII para explicar o início da colonização portuguesa na América focado na produção do açúcar no Brasil. Uma das suas primeiras constatações foi que a ocupação do território brasileiro ocorreu a partir da expansão comercial da Europa, de modo que este foi integrado à lógica comercial da Europa, constituindo-se como parte integrante da economia reprodutiva europeia, o que já lhe dava algumas características peculiares, pois seu território respondia a uma lógica externa e não interna de acumulação. Deste modo, esta área servia para resolver as principais preocupações dos portugueses: suprir as necessidades da metrópole a partir de um projeto de colonização na América. Havia dessa forma a intenção de transformar a colônia apenas no sentido de torná-la funcional à metrópole e não voltada a si mesma.

O povoamento na colônia foi marcado pelos escravos africanos trazidos pelos portugueses e explorados na produção de açúcar nos engenhos. Os portugueses já conheciam o funcionamento deste “mercado” por atuarem no tráfico negreiro. A escravidão de negros substituiu a escravidão indígena e resolveu o problema do ponto de vista dos colonizadores de escassez de mão de obra inicial.

Sendo a produção do açúcar na colônia parte integrante da economia europeia, toda técnica e capital nela aplicados tinham a função específica de criar um fluxo de bens para o mercado europeu. Assim, Furtado entendia que se estabelecia uma exportação de produto primário a partir de escravidão e latifúndios monocultores

⁶ Ressalta-se ainda que a sua tese de doutorado defendida na França, em 1948, intitulada “Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”, também entra neste grupo, embora ela só tenha sido publicada em português em 2001.



controlados por portugueses em troca da importação de bens de produção que geraria lucros que seriam remetidos ao exterior. Furtado concluía que se tratava de uma economia dirigida de fora para dentro: o lucro da produção de açúcar era enviado para fora, todo o equipamento usado na produção era importado e os gastos com consumo concentrados numa única classe (a dos senhores de engenho), que era, por sua vez, satisfeita com produtos importados da Europa. Esses grupos não tinham conflito de interesses com a metrópole. Não havia tensão ou clima de enfrentamento. Mas acolhimento das necessidades da metrópole com a exploração da colônia (FURTADO, [1959] 1984). Tratava-se de uma relação de colônia de exploração e não do estabelecimento de uma colônia de povoamento, como os Estados Unidos.

A economia do açúcar não criaria um mercado interno, porque não havia pagamento aos “fatores de produção”; e não havia, conseqüentemente, formação de um fluxo de renda monetária local nem crescimento da renda da coletividade.

No século XVIII, o grande impulso dinâmico da colônia deixaria de ser o açúcar e passaria a ser o ouro. Com o Tratado de Methuen assinado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, grande parte do ouro, entretanto, não ficaria nas mãos dos portugueses e acabaria sendo transferida para a Inglaterra. Isso porque, com esse Tratado, Portugal aceitaria trocar vinhos por tecidos ingleses, abdicando de produção manufatureira. Com o tempo, necessitaria tanto de tecido que teria dependência da importação. Assim, de acordo com Furtado ([1959] 1984), no século XVIII já se pode dizer que a colônia portuguesa na América era uma articulação do sistema econômico em mais rápida expansão daquela época, ou seja, o sistema inglês.

O ouro satisfaria a Inglaterra porque lhe daria flexibilidade para importações, uma vez que representaria reservas para seu sistema bancário, que ao longo do tempo se transformaria no maior centro financeiro da Europa e do mundo.

Com o ouro, também se desenvolveria a atividade pecuária no Sul do Brasil e o transporte de carga por mulas para as áreas de exploração de ouro especialmente no Sudeste. Furtado concluiria que a economia mineira, mesmo estando distante do litoral e do acesso aos produtos importados, entretanto, e assim como o açúcar, não criaria um desenvolvimento endógeno. A explicação de Furtado recaía sobre os europeus, que não tinham capacidade técnica para lidar com esse tipo de exploração e, mais detidamente,



pelas dificuldades criadas pela metrópole para que houvesse um desenvolvimento de outras atividades na colônia. Havia proibição de algumas produções na colônia que concorressem com a metrópole.

A decadência do período do ouro viria no fim do século XVIII, e entendendo que esta ocorreria concomitantemente à Revolução Industrial inglesa, que requeria a com o tempo a abertura comercial de vários mercados para o escoamento da sua produção industrial, Furtado concluiu que houve posteriormente pressão para a independência da colônia no século XIX⁷. Este é um ponto importante porque, sendo assim, a independência em 1822 se daria de forma peculiar, uma vez que representaria uma necessidade inglesa e não decorrente de um imperativo local. Novamente, se tratava de um determinante externo. Deste modo, a independência foi “de fachada”, porque não houve descontinuidade do mando local, que permanecia, em última instância, sob domínio inglês. Isso porque os privilégios que a Inglaterra tinha com Portugal foram também transferidos para o Brasil, mesmo que este fosse, formalmente, independente. Vários tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra foram expandidos, de modo que os ingleses desfrutaram de tarifas preferenciais no Brasil, sobretudo entre 1810 e 1827.

E aqui há uma conclusão importante: a independência não resultou em autonomia nem econômica, nem política. A única classe com expressão durante todo esse período era a dos latifundiários que levariam o país a continuar servindo aos interesses externos, inclusive pela grande afinidade ideológica com aqueles.

Entre o fim do século XVIII e início do século XIX, entretanto, é importante ressaltar uma mudança econômica, que se daria pelo desenvolvimento da produção do café, constatada por Furtado. O café havia sido introduzido no começo do século XVIII, mas só teria importância econômica anos depois, com a alta de preços internacionais, dada pela desorganização do Haiti, até então o maior produtor mundial (FURTADO, [1959] 1984).

O café ampliaria as exportações e a relação comercial do Brasil com os Estados Unidos a partir de 1840. Neste período, os norte-americanos passariam a ser o principal

⁷ O século XIX foi também marcado pela chegada da família real portuguesa em 1808. Com isso, houve uma transferência do governo português para o Brasil sob proteção inglesa.



mercado importador de café e contribuiriam para reduzir a dependência do Brasil em relação à Inglaterra.

O café inicialmente se valeria de escravos, de alguma mão de obra livre assalariada desempregada pela economia mineira e de vastas terras sem ocupação. Uma diferença importante em relação ao açúcar é que gestaria uma nova classe “empresarial” no país. Uma das conclusões importantes de Furtado é que essa classe dirigente da produção do café se distinguiria em relação à classe que comandava o açúcar em vários aspectos, sendo o mais importante o entendimento dela de que o governo seria um instrumento de ação econômica, utilizando-o para uma política econômica favorável a seus interesses. “É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos” (FURTADO, [1959] 1984, p. 115-116).

Apesar das diferenças no comportamento da classe dirigente, o café se expandiria na segunda metade do século XIX também pela via das exportações, de forma que o setor dinâmico do sistema econômico brasileiro permaneceria sendo o comércio exterior de um produto agrícola. Ou seja, em meados do século XIX ainda se tratava de uma economia agrícola dependente da demanda externa, comandada de fora para dentro. Diferentemente do período anterior, no entanto, parte dos lucros seria retida internamente para investimentos em mais cafezais, ainda que concentrado nas mãos de latifundiários.

Outras mudanças importantes ocorreriam e dariam características específicas à economia do café, como o fim do tráfico negreiro em 1850, e, depois, com a Abolição da Escravatura, em 1888. Com essas transformações, haveria um maior assalariamento nesta economia.

O aumento do preço da mão de obra decorrente deste período foi resolvido pelos latifundiários por meio da busca de um vasto volume de imigrantes europeus, especialmente italianos, contratados, com apoio do Estado, a baixos salários para trabalhar nos cafezais no Brasil (FURTADO, [1959] 1984). Apesar de baixos salários, a partir do café a renda da cafeicultura passou a ser dividida entre salários e lucros, ainda que mal dividida. Uma grande massa de pessoas sem emprego ainda existente era uma condição muito vantajosa para os fazendeiros de café. O exército de desempregados



ajudaria para que o salário não crescesse, de fato, nesta economia e a maior parte dos rendimentos do café permanecesse concentrada na classe dos fazendeiros.

Além disso, Furtado relataria a importância da abundância de terras e como isso também foi relevante para os negócios do cafeicultor. À medida que o solo não era mais fértil para produção, dada a oferta de terras, os cafeicultores poderiam abandonar os solos de baixo rendimento, partindo para outros, com facilidade.

Nas crises do café, especialmente após 1929, se revelaram, contudo, tensões internas da economia cafeeira. E foi em meio a essas crises, em especial se referindo aos reflexos da Crise de 1929 sobre a economia cafeeira, que Furtado ([1959] 1984) entendeu que houve transformações de vulto nesta economia, tendo ocorrido o início da industrialização brasileira.

Em síntese, essas foram as colocações mais importantes de Furtado sobre o problema da formação em suas obras até 1963. Em obras posteriores, como “Dialética do Desenvolvimento” e “Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina”, respectivamente, livros de 1964 e 1966, ele traria questões mais relacionadas aos bloqueios da formação nacional, dado o poder que as empresas transnacionais e o controle que exerceriam na periferia justamente em seu processo de industrialização.

Em 1968, o livro “Um projeto para o Brasil” envolveu também este tema. No próprio prefácio desta obra ele pontuaria que os três ensaios reunidos naquele volume tinham como objetivo comum “identificar as causas profundas da paralisia de nosso sistema econômico [nacional]” (FURTADO, 1968, n/p).

A principal obra, entretanto, a retomar com mais clareza o problema da formação nacional – ou melhor, da não completude da formação nacional – foi “Brasil: a construção interrompida”, de 1992, no qual ele discutiria a dinâmica econômica do capitalismo após a crise de meados dos anos 1960 e o seu aprofundamento nos anos 1970 e 1980, de tal forma que ele entendia que a ideia de sistema econômico nacional apresentava-se como um anacronismo.

Neste livro, Furtado foi mais incisivo nas suas conclusões sobre as impossibilidades de se retomar a formação nacional interrompida com o golpe civil-militar de 1964. O capitalismo globalizado das empresas transnacionais havia interrompido a formação nacional porque determinara um novo ordenamento político,



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

sob a lógica dos interesses dessas empresas e não do bem-estar da coletividade. Isso o levou a reafirmar⁸ a inviabilidade do Brasil como um projeto nacional.

⁸ Utiliza-se a expressão “reafirmar” para a afirmação trazida por ele em 1992, porque no livro de 1966, “Subdesenvolvimento e Estagnação...”, Furtado chegou a destacar que, dada a presença dessas empresas, o desenvolvimento nacional “mostrava-se inviável nas presentes condições históricas da América Latina” (FURTADO, [1966] 1968, p. 45).



2. Produção e apropriação do excedente social e as estruturas de poder

O conceito de excedente social usado por Furtado foi retirado dos economistas clássicos – isto é, a ideia de que existia uma “sobra” em relação a todos os recursos de que dispunha uma sociedade além daqueles que ela necessitava para se reproduzir. Esse conceito ajudaria a obter uma visão da dinâmica do processo social global (FURTADO, [1961] 2009).

Numa longa trajetória histórica traçada por Furtado ([1961] 2009), o excedente social apareceria desde as sociedades feudais, nas quais ele era algo eventual, dependendo, por exemplo, de uma boa situação climática para uma colheita acima das necessidades usuais da comunidade. Sua intenção com esse resgate histórico era mostrar que já ali havia a apropriação do excedente social por um grupo minoritário, o que facilitava a acumulação deste grupo.

Avançando no tempo histórico, Furtado adentraria a análise do excedente social no capitalismo e concluiria que neste sistema a produção de um excedente poderia ser transformada em aumento de capacidade produtiva a partir da sua apropriação por grupos minoritários, os detentores do capital. No centro, isso havia ocorrido no seu processo de industrialização, porém, no pós-Segunda Guerra Mundial de certa forma isso teria sido “corrigido” por meio de lutas sociais que culminaram em políticas do Estado de Bem Estar-Social, que levaram a uma menor desigualdade na distribuição do excedente entre salários e lucros.

Na periferia do capitalismo, entretanto, a situação era bem outra. O excedente historicamente produzido era destinado à apropriação de grupos minoritários no exterior (período do açúcar, por exemplo) e, em alguns momentos, também no país (período do café, por exemplo). E mesmo em épocas mais fortes da industrialização brasileira, como após a década de 1950, ele também não foi distribuído de maneira equitativa. A mão de obra era paga com baixos salários, apesar do aumento do excedente gerado com a elevação da produtividade local. Limitada a poucos grupos, a apropriação deste excedente ficava retida em grande medida nos lucros e isso levava a uma restrição também do consumo desta sociedade, reservado às elites (FURTADO, [1961] 2009).

É possível afirmar que em obras até 1963 o tema apareceu também em “Formação Econômica do Brasil”, de 1959, que pode ser considerado um livro-chave



para se entender o excedente social porque trouxe historicamente como se deu a origem do excedente na colônia, a forma como era apropriado pela metrópole, portanto, canalizado para o centro do sistema, por meio da empresa agromercantil portuguesa. E como, mesmo naqueles momentos em que uma parte dele (e não sua totalidade) era retida na periferia (período do café), serviria aos interesses de determinados grupos internos, basicamente dos latifundiários. Modificavam-se, portanto, os produtos primários exportáveis, mas a apropriação do excedente seguia a mesma direção: a sua retenção por uma minoria do exterior e, por vezes, também por uma minoria da própria periferia constituída de latifundiários estabelecidos na colônia.

Em obras publicadas a partir de 1964 em diante, como “Prefácio a Nova Economia Política”, de 1976, “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, de 1978, e “Pequena Introdução ao Desenvolvimento [...]”, de 1980, houve outras considerações sobre o excedente social. O excedente não seria só base para o crescimento econômico de uma sociedade, mas a forma como seria utilizado repercutiria em sua estrutura social. Era esta sua importância fundamental.

Furtado (1976) concluiria que o estudo das estruturas de poder seria a principal forma de compreender a formação e a apropriação do excedente em uma sociedade⁹. Portanto, era preciso entender quem exercia o poder por meio do controle de acesso às terras e outros recursos naturais, além do comando dos meios de produção, do crédito, da inovação, da educação, do domínio de órgãos de decisão e instituições regulatórias, do controle de preços, entre outros aspectos.

Sobre a relação entre a apropriação do excedente e o domínio da tecnologia, ele entendia que, sendo a tecnologia a expressão final da criatividade humana, aqueles que a controlavam teriam posição dominante na luta pelo excedente. Furtado (1978; 1980) concluiria haver uma relação entre a teoria do excedente, a teoria da estratificação social e a teoria do poder¹⁰, que envolveria os estudos das formas de dominação. Sendo a

⁹ Furtado (1976) chega a distinguir historicamente duas formas de apropriação do excedente: a mercantil, dada pelas relações de trocas comerciais (captação do excedente sem coação, mas na qual poderia haver uma forma encoberta de coação), e a autoritária, no caso de um povo, ou grupo social que escravizaria o outro.

¹⁰ Teoria do poder remete à interpretação de uma teoria das decisões, uma vez que há ideia de que há decisões políticas fundamentais na estruturação de uma sociedade. Myrdal foi um autor de referência para Furtado neste sentido. Também poder se refere à dominação. Perroux, conforme Furtado, foi uma



apropriação do excedente a expressão de um poder, era esse agente da dominação que definiria a forma de utilização do produto social, por quem e quando este seria utilizado.

Em “Pequena Introdução...”, em 1980, ele concluiria que a interpretação do excedente social permitiria entender que desde o início da formação do Brasil houve a penetração dos interesses do centro no controle do comércio e da produção da periferia, na exploração da mão de obra e dos recursos naturais, e, sobretudo, na difusão localmente de valores culturais do centro, onde pesava o controle da tecnologia.

3. A relação centro-periferia e as dificuldades de sua eliminação

A relação centro-periferia utilizada por Furtado para entender o processo de subdesenvolvimento é originária da interpretação de Raúl Prebisch ([1949] 2000). A concepção de Prebisch mostrara o desequilíbrio inerente do desenvolvimento do capitalismo mundial e como o comércio internacional trazia problemas para países essencialmente agrícolas, como os latino-americanos, que perdiam nos termos de troca no longo prazo nas trocas comerciais internacionais com países de produção e exportação industrial, como os europeus.

Embora reconhecesse a importância dessa teorização para se entender a existência de um desequilíbrio no comércio internacional e, conseqüentemente, na distribuição dos benefícios do progresso técnico no sistema capitalista, Furtado creditou a si mesmo um avanço em relação ao que havia sido teorizado por Prebisch, por ter buscado uma explicação sobre o quanto esta relação de dominação-dependência se devia a problemas da formação social histórica de países periféricos como o Brasil:

Eu sabia que Prebisch se limitara a constatar a existência da estrutura centro-periferia, sem referir-se à sua formação histórica. Mas pouca dúvida podia haver de que a conformação do comércio internacional era fruto de uma política deliberada de dominação da parte da nação que liderara a revolução industrial em seus albos. Em realidade, estávamos lidando com a única verdadeira teoria do imperialismo¹¹, pois a doutrina de Hobson, retomada por Lenin, refere-se ao capitalismo em sua fase avançada, já supostamente

influência importante porque conceituou o efeito de dominação, que “desborda necessariamente do econômico”. Recomenda-se Myrdal ([1957] 1969) e Perroux ([1955] 1977).

¹¹ Furtado não costumava utilizar a denominação “imperialismo” em seus escritos. Mas ela apareceu algumas vezes em sua obra. Ver, por exemplo, Furtado (1977).



ameaçado de declínio na taxa de lucro e necessitando exportar capitais. Esta doutrina está longe de explicar a forma de divisão internacional do trabalho que foi responsável pela lenta penetração do progresso técnico na periferia e pelas distorções estruturais das economias periféricas (FURTADO, 1991, p. 33, grifos nossos).

Pelo trecho acima, retirado de um dos três livros que compuseram sua autobiografia¹², ficara claro que Furtado entendia que a sua teoria do subdesenvolvimento a concepção centro-periferia se relacionava à formação histórica de um país periférico, como o Brasil, que desde o início do processo de sua colonização sofreu os impactos de se integrar às correntes comerciais mundiais sob exploração dos países imperialistas europeus.

Nos seus primeiros livros, publicados até 1963, ele se preocupou em mostrar as diferenças entre economias centrais e periféricas, além de se deter nas características históricas e estruturais especialmente de uma economia periférica, o caso do Brasil. A expectativa inicial de Furtado era que a industrialização periférica brasileira, caso avançasse para a produção de bens de capital, e com centros de controle internos, mudaria significativamente a sua estrutura a ponto de levar o país a poder tirar maiores vantagens do intercâmbio externo (FURTADO, [1959] 1984; [1961] 2009).

Em obras de 1964 em diante, e especialmente dos anos 1970, ele destacaria aspectos bem menos otimistas em relação à superação da condição periférica, mesmo com a industrialização, dada a forma como foi continuada a industrialização no Brasil e as modificações internacionais. Furtado ([1972] 1973, p. 10-11, grifos nossos) concluiria que sendo a característica essencial das estruturas subdesenvolvidas uma “desigual assimilação das duas formas básicas de progresso tecnológico, *uma vez estabelecida a discrepância, uma série de fatores tornou extremamente difícil sua eliminação subsequente*”.

Anos mais tarde, em 1991, exporia algo bastante relevante: que “a concepção centro-periferia trazia embutida uma teoria do imperialismo”¹³, porque, desde lá atrás,

¹² Os três livros que compõem sua autobiografia são: *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Os Ares do Mundo* (1991).

¹³ Observa-se que, na sua obra, Furtado poucas vezes utilizou a expressão “imperialismo”, embora discutisse, em alguns raros textos, com autores dessa temática, como Lenin, citado, por exemplo, em Furtado (1962; 1967 [1976]; 1991). De todo modo, vale ressaltar o seu texto intitulado “A concentração



durante o período colonial, esta representava a imposição de um controle sobre a tecnologia quando exportada por parte da Inglaterra, por haver uma dificuldade de emigração do centro de trabalhadores especializados para a colônia, pela imposição de certos acordos comerciais de livre-câmbio pelos ingleses e, enfim, pelo fato de a Inglaterra estabelecer um determinado padrão de divisão internacional do trabalho, delimitando o que cabia à periferia (a produção de bens primários), baseando-se nas ideias de Ricardo ([1817] 1988).

Deste modo, a concepção centro-periferia deveria ser entendida como uma questão estrutural, histórica e imperialista¹⁴, logo, difícil de ser rompida. O subdesenvolvimento teria, desta maneira, raízes na conexão entre certas condições históricas dadas pelo processo interno de exploração e pelo processo externo de dependência, que se reproduziam ao longo do tempo.

A dependência externa teria uma ligação com uma alta taxa interna de exploração porque o subdesenvolvimento se daria a partir dessa relação desigual entre os países centrais e periféricos, gerando e estimulando uma crescente concentração de renda nos países periféricos que, em grande parte, sustentava o desenvolvimento dos países centrais. Assim, muitas vezes taxas mais altas de crescimento nos países periféricos, como, por exemplo, as taxas de crescimento econômico do “Milagre Econômico” brasileiro, entre 1967 e 1973, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendiam a agravá-lo. Deste modo, na análise furtadiana em sua fase mais madura, a relação centro-periferia expressa no período colonial se recolocava, em nova “roupagem”, mesmo no período de avanço da industrialização do Brasil.

do poder econômico nos Estados Unidos e a sua projecção na América Latina”, publicado em 1973, presente no livro cujo título não era nada menos do que: “Império e imperialismo americano”.

¹⁴ Apesar de apontar, mesmo que em outras palavras, o imperialismo como um bloqueio ao desenvolvimento, isso não significava concordância com outro sistema, como o socialismo. Observa-se que em “A Pré-revolução Brasileira”, livro de 1962, Furtado expressava não concordar com o marxismo-leninismo e nem com o socialismo da URSS, em especial, por seu conteúdo não democrático.



4. Do comércio exterior de bens primários à fragilidade estrutural do Balanço de Pagamentos

A inserção externa do Brasil de maneira subordinada constituiu outro aspecto central da teoria do subdesenvolvimento de Furtado, levando-o a uma análise da vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos.

Nas obras iniciais, basicamente antes de 1964, Furtado preocupou-se com o impacto dessa fragilidade, muito proveniente dos termos de intercâmbio no comércio internacional até meados dos anos 1930. Furtado (1956), por exemplo, mostrou que, nesta época, os problemas de produção e comercialização do café foram responsáveis pelo déficit do Balanço de Pagamentos do país. As crises do café, em parte vinculadas à Crise de 1929, evidenciavam o quanto era frágil uma economia dependente de um produto agrícola que se direcionava a atender uma demanda de consumo externa e o quanto isso contribuía para a deterioração dos termos de troca para a periferia.

Em termos cíclicos, Furtado (1956) ressaltava que qualquer redução da oferta de café poderia levar a um *boom*, primeiro de preços e, em seguida, de expansão do plantio. Na fase do *boom*, poderia ocorrer aumento de preços do café, com elevação da produtividade econômica, entretanto, sem mudança na forma de se produzir com melhora da técnica, por exemplo. Esse aumento era retido, em grande medida, pelo cafeicultor. Isso significava que na fase do *boom* haveria uma concentração maior da riqueza. Já no momento de crise do ciclo, o prejuízo era direcionado para a massa da população, porque se usava como mecanismo para corrigir o desequilíbrio externo a depressão periódica da taxa cambial. Ao se depreciar a moeda, se encarecia a importação de alimentos e vestuário que eram necessidades básicas da grande massa consumidora. Além disso, a desvalorização cambial, embora pudesse ampliar o espaço da indústria nascente no mercado nacional por reduzir a concorrência do artigo manufaturado importado, ela encarecia a importação de máquinas e equipamentos necessários para a expansão da indústria brasileira. Esse aumento era repassado por meio de reajuste de preços aos bens finais para a população, causando inflação.

Essa política de desvalorização cambial para corrigir problemas do café, portanto, ampliava a fragilidade do país. Furtado (1956) entendia que a solução não se



dava por essa via, mas sim por mudanças na estrutura produtiva do país. Uma industrialização com objetivos nacionais, que reduzisse a dependência na importação de máquinas e equipamentos, poderia ajudar na redução da vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos.

No entanto, à medida que avançava a industrialização brasileira, ficava claro que não era esse o rumo do processo. Cresciam as importações de máquinas e equipamentos, uma vez que a industrialização brasileira se acelerava pela produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, e era cada vez mais capitaneada pela empresa transnacional, focada na ampliação de seus próprios mercados consumidores, sem interesse em desenvolver o setor de bens de capital no Brasil. Pela lógica do capital internacional, não faria sentido a produção de bens de capital, pois este já se nutria com a produção no centro do sistema. Sem contar que após o golpe civil-militar de 1964 houve mudanças em leis que passaram a beneficiar essas empresas, como a modificação da Lei 4.131, passando a facilitar a remessa de lucros¹⁵. Assim, o problema do déficit do Balanço de Pagamentos se agravava, mesmo em meio à industrialização.

No fim dos anos 1960, portanto, apesar de avanços da industrialização, não havia se modificado significativamente o problema. No âmbito da pauta de exportações, por exemplo, Furtado discutiu o quanto o Brasil tinha andado para trás, ao afirmar que o país daquele decênio dos 60, “com seu considerável parque industrial, [apresentava] uma pauta de exportações similar à do Brasil do começo do século, quando éramos uma mera constelação de explorações agrícolas” (FURTADO, 1968, p. 67).

Nesta mesma obra, ele trouxe a conclusão de dois grandes problemas relacionados à fragilidade externa: 1) debilitação da formação de centros nacionais de decisão¹⁶; e 2) limitação da integração do setor industrial com o exportador, de forma que a articulação passava a ser a da integração das decisões sob a lógica da empresa

¹⁵ Conforme Campos (2009, p. 168), sobre as remessas de lucros, “a L 4.390/64 – com a introdução dos reinvestimentos na base de cálculo, o aumento de 10 para 12% em seu limite, assim como a isenção fiscal para juros e amortizações de empréstimos externos – já se mostrava como uma ruptura quanto aos instrumentos disciplinadores criados pela L 4.131/62”.

¹⁶ Observa-se que no livro “A Pré-revolução Brasileira”, Furtado entendia a industrialização brasileira teria internalizado centros de decisão. Porém, no livro de 1968 ele já verificava que esse processo, que até certo momento estivera em curso, se debilitava.



estrangeira instalada no país e não sob a lógica de um projeto de desenvolvimento nacional.

Mais tarde, tocaria no ponto de que o desequilíbrio estrutural ficaria ainda mais evidente no período do “Milagre Econômico” brasileiro, quando se somou aos problemas da industrialização o endividamento externo. De um lado, a grande presença das empresas transnacionais no país contribuiu de maneira decisiva para que o saldo da balança comercial minguassem, de outro, “encargos com juros e amortizações [aumentavam] desmesuradamente: se em 1974 eles correspondiam a 33 por cento do valor das exportações, em 1977 já alcançavam 51% deste” (FURTADO, [1982] 1983, p. 31-32). Isso levou Furtado a concluir que o período do “Milagre Econômico” resultou em aumento do desequilíbrio externo da economia brasileira. “As políticas então seguidas anularam parte dos efeitos desses desequilíbrios mas não impediram que suas causas estruturais se aprofundassem” (FURTADO, [1982] 1983, p. 35). Segundo ele, houve uma “grande concentração de decisões em órgãos que vinham atuando com crescente desarticulação” (FURTADO, [1982] 1983, p. 32). Isso era representativo de uma perda de comando do sistema econômico.

Furtado ([1982] 1983) chamou a atenção, ainda, para o ano de 1979, quando houve as políticas de retomada da hegemonia norte-americana¹⁷, para sintetizar que todo o sistema econômico brasileiro se voltou para a intermediação financeira e não para uma correção de rota da industrialização. Neste período, o aumento do serviço da dívida representou altos custos para o Brasil e serviu como freio aos investimentos públicos, e, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

Nas obras de 1964 em diante, seu diagnóstico era muito mais duro em relação à vulnerabilidade externa. Mudar a trajetória de desequilíbrio do Balanço de Pagamentos se tornara mais difícil, já que com a transnacionalização em curso as decisões que interferiam nas transações de um país com o resto do mundo passavam a ser decisões tomadas por grandes grupos e não por um Estado Nacional.

A defesa nos anos 1990 de que o Brasil deveria fazer um redirecionamento do processo de industrialização para privilegiar as exportações – como corretivo ou

¹⁷ Sobre este tema, ver também Tavares (1985).



complemento da substituição de importações – era questionada, assertivamente, por Furtado (1992), no sentido de esta não ser uma verdadeira solução, uma vez que não permitiria romper a barreira do subdesenvolvimento, mas, no máximo, romper alguns obstáculos ao crescimento econômico.

5. O poder transnacional: entre a tecnologia e a determinação dos valores culturais

Nos seus primeiros trabalhos, o problema do progresso técnico na periferia remetia ao seu passado colonial, no qual, desde a colonização, a estrutura econômica montada para a economia do açúcar no Brasil pelos portugueses vinculou-se à exploração do escravo e uso de máquinas e equipamentos importados do centro. Posteriormente, quando o café passou a ser o principal produto de exportação, esta economia estaria alicerçada na exploração de escravos, depois na mão de obra a baixos salários e na apropriação de terras pelos cafeicultores. Dada a então abundância de mão de obra vinda da imigração e de terras, os cafeicultores asseguravam vultosos lucros sem que empregassem significativas melhorias técnicas¹⁸ (FURTADO, [1959] 1984).

Quando surgiram as primeiras produções industriais no Brasil, em meados do século XIX, estas foram de mercadorias antes importadas, isto é, indústria de bens de consumo não duráveis, como o têxtil e alimentos, sendo comum para a fabricação o uso de importação de máquinas e equipamentos de segunda mão (FURTADO, [1959] 1984). Os empresários no país tinham como preocupação produzir artigos similares aos importados do centro a fim de substituí-los. Buscavam, assim, métodos produtivos equivalentes, que permitissem a competição com os artigos importados. Apesar do início do processo industrial local, não se poderia falar em um desenvolvimento endógeno de progresso técnico.

Como havia dependência de importação de máquinas e equipamentos do centro, o setor industrial local só poderia crescer se houvesse capacidade de importação do país para essas aquisições no exterior. Portanto, o país era dependente da exportação de café, que lhe gerava as divisas necessárias para isso. Se existisse demanda externa, ao

¹⁸ Na sua tese de doutorado de 1948, essa questão do progresso técnico nos engenhos de açúcar ganhou um exemplo interessante. Ele relata que apesar de se saber, por exemplo, que o bagaço da própria cana poderia ser um método de combustão para a queima do açúcar, ela sequer era utilizada para isso no Brasil, apesar de se saber que era usada no Haiti.



exportar café, o Brasil poderia realizar a importação de máquinas necessária à expansão do setor industrial. Do contrário, não. Logo, havia um setor industrial nascente dependente do setor agrícola, que, por sua vez, tinha sua expansão, em última instância, subordinada à demanda externa de consumo de café.

De todo modo e com todos os problemas, criou-se mesmo assim no Brasil um núcleo industrial moderno, mas que, nas conclusões de Furtado, não foi capaz de absorver toda a mão de obra que precisava de emprego. Com esse tipo de industrialização, ao lado do setor moderno foram mantidos os setores atrasados que, como bolsões de miséria, serviriam para o fornecimento permanente de mão de obra barata para a indústria.

A saída proposta por Furtado, nos textos antes de 1964, para amenizar o problema do progresso técnico era que o país começasse a produzir bens de capital internamente. Isso não significaria que a dinâmica econômica passaria a ser inteiramente ditada internamente, mas seriam internalizados centros de decisão nacional. Neste caso, embora a industrialização brasileira permanecesse dependente de indução externa, pela própria importância ainda do café, o processo de crescimento interno poderia continuar por mais tempo (FURTADO, [1961] 2009).

Sobre as dificuldades de produção de bens de capital internamente, Furtado alertou que, além do próprio interesse local em produção de bens de consumo similares ao do centro, o problema, quando havia hegemonia mundial britânica, recaía sobre o domínio mundial inglês em relação à produção de máquinas e equipamentos no mundo e seus interesses de exportação de bens de capital para escoamento da sua fabricação. No pós-Segunda Guerra Mundial, com a hegemonia mundial dos Estados Unidos em substituição à hegemonia inglesa, o problema recairia também sobre as empresas transnacionais (em especial, as norte-americanas), que, ao se expandirem para a periferia latino-americana, focaram-se ou na exploração de matérias-primas ou na produção de bens de consumo nesses locais, por meio de subsidiárias do tipo filiais. Deste modo, traziam a tecnologia já desenvolvida no centro e amortizada, não havendo um desenvolvimento interno e autônomo de progresso técnico.

Assim, Furtado ([1961] 2009) ressaltaria que a penetração da grande empresa capitalista do centro do sistema na estrutura subdesenvolvida não significaria integração



desta à economia local. Adicionaria que também a massa de lucros gerada por ela não seria, em grande medida, reinvestida na estrutura subdesenvolvida, mas sim transferida para o centro do sistema via lucros remetidos ao exterior.

O dilema é que, de acordo com Furtado (1962), o Brasil não poderia se desenvolver sem a contribuição do capital estrangeiro, sobretudo, pelo papel exercido por este no desenvolvimento da técnica, no centro do sistema capitalista. Por isso, apesar de todos os problemas, defendia que eles entrassem no país. Porém, para Furtado (1962), era preciso direcionar e controlar a entrada deste capital estrangeiro, para que, ao mesmo tempo que não se privasse o país das vantagens de tê-lo, fossem colhidos os benefícios de ele estar em seu território no sentido do desenvolvimento nacional. Ainda que seja sempre difícil controlar o capital, antes de 1964 Furtado entendia estar em construção um Estado Nacional no Brasil, com poder de exercer controles em prol do desenvolvimento nacional, o que incluía o direcionamento desse capital.

Essa posição de Furtado seria modificada em obras pós-1964, porque, a partir de uma análise mais detida das empresas transnacionais no curso da industrialização, sobretudo a brasileira, passará a refletir sobre o capital estrangeiro representar estruturas autônomas, independentes do processo de desenvolvimento local, seguindo uma lógica própria, sendo antagonico ao desenvolvimento nacional.

Furtado não desistiria de discutir o seu controle voltado ao interesse do desenvolvimento nacional, mas, muito mais cético, diria que o grande conglomerado era essencialmente um centro de decisões baseado na gestão financeira, sendo um mecanismo de investimento de uma quantidade de recursos em expansão criada por ele mesmo. Ou seja, tratava-se de um agente em busca de aplicação remuneradora, sempre crescente, para seus recursos líquidos acumulados. Para isso, apropriava-se da região onde se instalava, comandando parte do sistema de decisões local em seu benefício.

Também a partir de 1964, Furtado relacionaria o progresso técnico a uma discussão cultural sobre o poder econômico e político dessas empresas transnacionais, sobretudo, na periferia. Além da “cultura material” trazida por essa inovação vinda de fora do país e comandada por essas empresas – como mudanças tanto na organização da produção quanto na distribuição do produto de uma economia –, ele observava os efeitos do progresso técnico na modificação da “cultura imaterial”. Neste caso, as



inovações no processo produtivo levariam a uma mudança social, o que significaria transformação dos valores sociais. Ou seja, passava-a a entender que o progresso técnico atuaria em duas dimensões numa sociedade: na mudança da própria produção e distribuição do produto e, fundamentalmente, nas modificações de seus valores subjetivos (FURTADO, 1964).

A mudança de valores subjetivos deveria, no seu ponto de vista, ser considerada a mais importante porque significaria modificações na cultura de uma sociedade periférica, de modo que, ao serem capitaneadas pela lógica mercantil das empresas transnacionais, essas transformações levariam os gostos e desejos dessa sociedade a se aproximarem cada vez mais dos padrões do centro. Isso certamente beneficiaria a produção em massa e a expansão das grandes corporações pelo globo, aniquilando os valores culturais tradicionais de um povo, que perderia sua história e identidade (FURTADO, 1964).

Nos anos 1970, Furtado aprofundaria a relação entre progresso técnico e cultura e ainda abordaria mais detidamente o poder da tecnologia de alguns países sobre os demais (FURTADO, 1976). Observaria que as economias que avançaram primeiramente na acumulação e no progresso técnico controlavam, em suma, a criatividade técnica de todos os demais países, apropriando-se da maior parte do excedente social criado. Assim, a tecnologia seria “a trava mestra da estrutura de poder internacional” (FURTADO, 1978, p. 116). E a luta contra aqueles que a dominavam seria a luta contra a dependência.

A dependência tecnológica estava, portanto, também relacionada à ideia mais ampla de apropriação do potencial de inventividade do homem por aqueles que detinham o poder político e econômico e, conseqüentemente, o domínio do progresso técnico, ou seja, as empresas transnacionais.

De forma mais profunda, é possível entender uma conclusão furtadiana que apareceu no livro de 1978: em teoria, o progresso técnico poderia, ser usado como “libertador” do homem, mas, na prática, e especialmente no capitalismo periférico, tornava o homem seu prisioneiro. A tecnologia não estava a serviço de desenvolver os



potenciais criativos do homem, mas sim de ampliar os lucros das grandes empresas transnacionais, tornando-as cada vez mais poderosas¹⁹.

Em uma de suas passagens mais importantes sobre a discussão do poder da tecnologia nesta mesma obra, ele destacaria que, quando a criatividade era posta a serviço da acumulação, os meios tenderiam a ser vistos como fins e não contribuiriam para a libertação ou para a desalienação do homem²⁰ (FURTADO, 1978).

Deste modo, a técnica, enquanto meio, não poderia estar descolada dos fins (o desenvolvimento nacional; a civilização democrática que emanciparia o homem; a homogeneização social). Descolada deste fim, poderia haver aumento de eficácia em um sistema de produção – por exemplo, elevação da produtividade média de uma economia periférica, apresentando crescimento econômico dado por alguma forma de industrialização – e isso não significar que tivessem sido sequer satisfeitas as necessidades básicas dessa população.

Por isso, para Furtado (1980), seria preciso que os fins últimos determinassem os meios, e estes fossem condizentes com os objetivos do desenvolvimento nacional. Como os fins, por sua vez, dependeriam dos valores dessa sociedade, determinados pela sua cultura, uma sociedade que perdeu seus valores tradicionais e passou a importar os valores do centro do sistema como se fossem seus não se direcionaria para o desenvolvimento nacional. Importaria, sem contestação, tudo que o centro lhe determinasse acriticamente.

Furtado (1980), portanto, traria uma conclusão importante: não bastava um olhar para o progresso técnico no sentido da acumulação, do aumento da produtividade, era preciso atentar para a sua importância cultural, para determinar valores, em um sentido bastante abrangente.

Considerações Finais

¹⁹ No seu ponto de vista, deveria haver na sociedade um amplo espaço para a criação, de modo que esta fosse uma “experiência fundamental humana”, no sentido de o homem poder usar sua capacidade criativa na direção da transformação do mundo. Porém, “a história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental” (FURTADO, 1978, p. 83).

²⁰ Nos anos 1990, novamente, ele ressaltaria que o desenvolvimento deveria conduzir à liberdade da criatividade da lógica dos meios para que servisse ao “pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos com um fim, portadores de valores inalienáveis” (FURTADO, 1992, p. 78).



O artigo buscou sintetizar uma parte da teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado. Entender a sua teorização ajuda na compreensão de uma definição do que foi e (o que é) o subdesenvolvimento brasileiro, no sentido do diagnóstico. Ela também auxilia no sentido do entendimento de algumas de suas proposições para o superação do subdesenvolvimento e a observar a evolução do seu pensamento especialmente sobre este tema da superação, tornando-se muito mais cético quanto a essa possibilidade.

Embora não esgotem o assunto, os 5 pontos debatidos são essenciais para uma interpretação do subdesenvolvimento brasileiro com base neste autor. Como não aparecem de forma estanque em sua obra, buscou-se realizar algumas adições e ajustes, seguindo a cronologia de publicação de sua obra para que fossem observadas algumas das transformações da sua teoria. Como ele mesmo entendeu haver em 1964 um grande marco político e econômico no país, pode-se dizer que este também foi um marco relevante das mudanças na sua obra, sem que com isso ela perdesse os elos que possui com os escritos que antecedem 1964.

Foi possível notar, entre outros aspectos, como Furtado avançou na discussão do poder das transnacionais de 1964 em diante, tanto na tecnologia como no domínio econômico, político e cultural da sociedade brasileira. Também foi possível compreender a relação entre industrialização e vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos, pois o Brasil construiu ao longo do tempo uma vulnerabilidade de difícil ruptura, apesar dos avanços em vários setores produtivos industriais. E, além disso, sua teoria ressaltou como uma industrialização sem o sentido do desenvolvimento nacional, como a realizada no período da Ditadura civil-militar no Brasil, não rompeu com a relação centro-periferia nem com a lógica da produção e apropriação do excedente social, de modo que, mesmo quando em grande medida já industrializado, o Brasil inviabilizou a construção de uma nação de fato.

Referências Bibliográficas

AUTOR

CAMPOS, F. A. A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas: 2009. Tese (doutorado) – Unicamp-IE.



- FURTADO, C. (1948) Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE, 2001.
- FURTADO, C. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: Memórias do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.
- FURTADO, C. A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1954.
- FURTADO, C. Uma economia dependente. Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura. 1956.
- FURTADO, C. (1958) Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro: Textos Brasileiros de Economia. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 2012.
- FURTADO, C. (1959) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984.
- FURTADO, C. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- FURTADO, C. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. (1966) Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, C. (1967) Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C. (1969) Formação Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- FURTADO, C. (1972) Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, C. Brasil: da república oligárquica ao Estado militar. In: CAMARGO, A. A. et al (Orgs.). Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. (1982) A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, C. A Fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. A Fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, C. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MYRDAL, G. (1957) Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1969.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

PINTO, A. (1970) Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 2.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 1.

PERROUX, F. (1955) O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia Regional - textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SZMRECSÁNYI, T. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo II. Revista Estudos Avançados. 15 (43), 2001.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia americana norte-americana. Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, abr-jun, 1985.